



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 104ª
(CENTÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wilson Lima

SECRETARIA: Deputados Alírio Neto e Milton Barbosa

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 28 minutos

TÉRMINO: 16 horas e 44 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|----------------------------|---------------------------|
| • Aguinaldo de Jesus – PRB | • Eliana Pedrosa – DEM |
| • Alírio Neto – PPS | • Erika Kokay – PT |
| • Aylton Gomes – PR | • Geraldo Naves – DEM |
| • Benedito Domingos – PP | • Milton Barbosa – PSDB |
| • Benício Tavares – PMDB | • Paulo Tadeu – PT |
| • Cabo Patrício – PT | • Raimundo Ribeiro – PSDB |
| • Chico Leite – PT | • Reguffe – PDT |
| • Cristiano Araújo – PTB | • Rogério Ulysses – PRTB |
| • Dr. Charles – PTB | • Wilson Lima – PR |

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

L I D O
Em 07 / 12 / 10
[Assinatura]
Assessora de Plenário

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTES

– **Mensagem nº 224, de 2010**, do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 1.701, de 2010**.

ATA SUCINTA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

Revisora: _____ / Chefe do Setor: _____ (L/SN/SR)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Projeto de Lei nº 1.702, de 2010**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 9.617, de 2010**, de autoria do Deputado Reguffe.
- **Requerimento nº 2.164, de 2010**, do Deputado Chico Leite.
- **Requerimento nº 2.165, de 2010**, da Deputada Eliana Pedrosa.

Obs.: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE PARLAMENTAR

DEPUTADO PAULO TADEU – PT

- Opina que os parlamentares, no transcurso dos trabalhos de encerramento da atual legislatura, devem contribuir para o resgate das instituições do Distrito Federal.
- Discorre sobre a importância da apreciação de proposições do Poder Executivo que dispõem sobre a contratação temporária de professores, o IPVA e o IPTU até o término desta sessão legislativa.
- Informa que os pareceres preliminares ao projeto de lei orçamentária de 2011 foram aprovados pela CEOF e que as propostas dos relatores parciais deverão ser encaminhadas amanhã, até as 18 horas.
- Defende a adoção de medidas que assegurem a continuidade de obras e serviços essenciais à comunidade e propõe que os parlamentares construam propostas para o futuro governo.
- Pleiteia a aprovação hoje de proposta de emenda à Lei Orgânica, de sua autoria, que estabelece a necessidade de referendo popular para a privatização de empresas públicas.
- Elogia a intenção do governador eleito Agnelo Queiroz de estabelecer diálogo e relação respeitosa com a CLDF.
- Sustenta que todas as demandas dos parlamentares serão discutidas com o novo governador ao tempo que defende a independência da Casa para apreciar as matérias da pauta.

3 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 12:** Apreciação do **veto total ao PROJETO DE LEI Nº 1.305, DE 2009**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas Quadras Externas – QE 38, 40 e 42 do Guará II e na Quadra de Oficinas – QOF da Candangolândia, e dá outras providências". **REJEITADO** com 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

(2º) **ITEM 26:** Discussão e votação, em 1º turno, da **PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 45, DE 2010**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu e outros, que "Acrescenta parágrafo ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Leite, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Parecer do relator da Comissão Especial, Deputado Chico Leite, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** com 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

(3º) **ITEM 33:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 1.638, DE 2010**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

- Parecer da relatora da CES, Deputada Eliana Pedrosa, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Parecer do relator da CEOF, Deputado Paulo Tadeu, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Leite, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

(4º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 85: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 521, DE 2010**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Luiz Mendonça".

ITEM 86: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 526, DE 2010**, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Hélio Queiroz da Silva".

ITEM 87: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2010**, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Manoel Bonfim da Conceição".

ITEM 88: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 527, DE 2010**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Valter Eufrázio Maranhão".

ITEM 89: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 530, DE 2010**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Flávio José Couri".



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ITEM 90: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 531, DE 2010**, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Ricardo Fenelon das Neves".

ITEM 91: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 601, DE 2010**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza os funcionários do Centro de Saúde nº 4, da Região Administrativa de Samambaia – RA XII, pelos relevantes serviços prestados à comunidade durante as campanhas de vacinação".

ITEM 92: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 602, DE 2010**, de autoria do Deputado Doutor Charles, que "Parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, os servidores públicos que menciona".

ITEM 93: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 603, DE 2010**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Apresenta votos de congratulações à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ao Seminário de Brasília e a Dom Raymundo Damasceno por sua nomeação cardinalícia".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 600, DE 2010**, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "Parabeniza a escritã de polícia Lucimar Maria dos Santos e Silva".

– Parecer do relator da CAS, Deputado Milton Barbosa, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2010. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

– **APROVADOS** os PDLs nºs 521, 526, 506, 527, 530 e 531, de 2010, por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

Obs.: Os pareceres da CAS aos PDLs nºs 521, 526, 506, 527 e 530, de 2010, foram proferidos pela Deputada Erika Kokay na 36ª Sessão Extraordinária, de 1º/12/2010.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Raimundo Ribeiro, favorável aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 521, 526, 506, 527, 530 e 531, de 2010. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

– Votação dos PDLs e das moções, em turno único. **APROVADAS** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes). Houve 1 voto contrário aos PDLs.

– Apreciação das redações finais dos PDLs. **APROVADAS.**

(5º) **ITEM 94: DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE.** Com fundamento nos arts. 42, II, "d"; 175 e 176 do Regimento Interno, consubstanciado em manifestação da consultoria técnica da Assessoria de Plenário e Distribuição acostada aos respectivos autos processuais, a Presidência, em atendimento ao princípio da publicidade e para fins recursais, declara prejudicadas na tramitação as seguintes proposições: 1) Projetos de Lei nºs 1.194/2009 e 1.471/2009; 2) Projetos de Decreto



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Legislativo nºs 279/2009 e 345/2009; 3) Moções nºs 467, 501, 511 a 520 e 522 a 528, todas de 2009, e 532/2010; e 4) Requerimentos nºs 1.369/2009; 1.624/2009; 1.959; 1.980; 2.002; 2.038; 2.065; 2.089; 2.090; 2.098; 2.100 e 2101, todos de 2010. A Presidência também abre prazo de recurso de cinco dias, conforme o disposto no art. 176, § 2º, do Regimento Interno.

(6º) **ITEM 50:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.395, DE 2009**, de autoria do Deputado Geraldo Naves, que "Institui a política distrital de prevenção e combate ao furto e roubo de cabos e fios metálicos, e disciplina o comércio desse material, qualquer que seja a sua forma de apresentação, e dá outras providências". **LIDO.**

Obs.: As folhas de votação nominal serão publicadas na ata circunstanciada.

4 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

– Defere, de ofício, o Requerimento nº 2.165, de 2010, da Deputada Eliana Pedrosa, que "Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1.618/2010 e 1.700/2010".

5 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wilson Lima):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

**Documentos lidos na 104ª Sessão Ordinária,
de 2 de dezembro de 2010**

L I D O

Em, 2 de 12, 2010

MENSAGEM

Nº 224 /10 -GAG

Assessoria de Plenário

Brasília, 26 de novembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Submeto à elevada apreciação dessa Casa Legislativa a anexa Minuta de Projeto de Lei que, nos termos do art. 71, § 1º, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tem por objetivo alterar os Anexos I – Metas e Prioridades e IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, constantes da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que trata das “diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011”.

Os ajustes nos citados anexos estão sendo propostos em função da necessidade de consignar as programações orçamentárias, relativas à aplicação de recursos na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, face não terem sido consignadas no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 (Lei nº 4.499/2010), por força do disposto no art. 17 da citada Lei. Da mesma forma, em decorrência da necessidade de autorização de acréscimos das despesas pessoal relativas aos Servidores da FUNAP e da NOVACAP. Esta última, por força do disposto no caput do art. 43 da Lei nº 4.499/2010 (LDO 2011), que requer a especificação, também, das consignações das empresas estatais dependentes de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Por oportuno, em função de constatações por parte da CEOF/CLDF, os demonstrativos: Projetos em Andamento e Ações de Conservação do Patrimônio Público, que acompanham a Mensagem da LDO, também, estão sendo ajustados com as programações do Projeto de Lei Orçamentária para 2011.

Esta mensagem está acompanhada da respectiva Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, contendo os devidos esclarecimentos e justificativas para as alterações propostas.

Diante das proximidades do término da atual legislatura, solicito a Vossa Excelência, que apreciação do anexo Projeto de Lei decorra em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Contando com o elevado espírito público dessa Casa para fornecer boa acolhida a presente iniciativa, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ROGÉRIO SCHUMANN ROSSO
Governador do Distrito Federal

À Sua Excelência o Senhor
Deputado **WILSON FERREIRA DE LIMA**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

ASSASSINIA DE PLANOQ. INT. 02/12/2010 09:20 12071

PROJETO DE LEI Nº **PL 1701/2010** DE 2010
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera o Anexo I – Metas e Prioridades da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que dispõe sobre as “diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011”, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídas no Anexo I – Metas e Prioridades da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, as programações, constantes do anexo a esta Lei.

Art. 2º Fica alterado na Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, o Anexo IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, na forma do anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Governo do Distrito Federal

ANEXO - I
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas e Prioridades

(PROGRAMAÇÕES A INSEREM ACRESCIDAS)

Art. 2º da LDO 2011

Ação	SubTítulo	UO	Produto	Quantidade	Unidade Medida	Região
Programa: 0122 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA						
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO						
	0005 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR DE ÁGUAS CORUMBÁ SUL	22.101 0218	PROGRAMA REALIZADO	1	UNIDADE	97
Programa: 0124 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
7316 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CIDADE DE ÁGUAS LINDAS						
	0001 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CIDADE DE ÁGUAS LINDAS E ADJACÊNCIAS	22.101 0267	SISTEMA IMPLANTADO	1	UNIDADE	97

ANEXO IV
DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS
(LDO, art. 43, § 5º)

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 43, § 5º, DA LDO PARA 2011, CONSOANTE O DISPOSTO NO
 ART. 169, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A realização das medidas constantes deste Anexo fica condicionada à observância dos limites para cada um dos poderes, na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apurados no exercício de 2011, e à disponibilidade orçamentária e financeira.

PODER LEGISLATIVO

I - Concurso Público			R\$ 1,00
ÓRGÃO	ÁREAS	QUANT.	CUSTO PARA 2011
CLDF	Servidores de Nível Superior	32	6.458.451
	Servidores de Nível Médio	26	
SUBTOTAL		58	6.458.451
TOTAL PODER LEGISLATIVO		58	6.458.451

PODER EXECUTIVO

IV - Remuneração - Melhorias Salariais do Servidor (Recursos do Tesouro)			
Melhorias Planejadas			
Diversos	Administração Direta e Indireta	76.010	344.132.215
Diversos	Criação da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso	300	3.805.920
Diversos	Cargos em Comissão	19.000	23.588.775
Total (Melhorias Salariais)		95.310	371.526.910

V - Criação de Carreiras			
Órgão	Cargo	Vagas	Valor
IPREV	Analista de Gestão Previdenciária	50	6.552.865
	Técnico de Gestão Previdenciária	200	15.853.740
CEAJUR	Analista de Apoio à Assistência Judiciária	301	24.027.311
	Técnico de Apoio à Assistência Judiciária	299	18.206.255
PROCON	Fiscal de Defesa do Consumidor	60	5.032.548
	Analista de Atividades de Defesa do Consumidor	80	5.834.843
	Técnico de Atividade de Defesa do Consumidor	60	3.240.064
Total (Criação de Carreiras)		1.050	78.747.626

VI - Nomeações decorrentes de Concurso Público			
Órgão	Cargo	Vagas	Valor
DER	Analista de Ativ. Rodoviárias	10	604.321
	Técnico de Ativ. Rodoviárias	78	1.912.141
	Técnico de Atividades Rodoviárias - Técnico de Trânsito Rodoviário	273	6.692.494
SEC	Analista de Atividades Culturais	50	2.730.432
	Técnico de Atividades Culturais	50	2.025.040
SEE	Professor Educação Básica	400	15.378.178
	Especialista em Educação	80	3.075.636
	Médico	15	1.215.072
	Analista de Gestão Educacional	144	4.583.140
	Técnico de Gestão Educacional - Monitor	100	2.372.117
	Técnico de Gestão Educacional - Secretário Escolar	300	7.116.351
	Técnico de Gestão Educacional - apoio Administrativo	250	5.930.293
SEG	Fiscal de Atividades Urbanas	55	4.376.891
DFTRANS	Analista de Transportes Urbanos	10	613.834
	Técnico de Transportes Urbanos	25	957.320
	Fiscal de Atividades Urbanas - Transportes	20	1.591.597
JARDIM BOTÂNICO	Analista de Administração Pública	23	1.258.138
	Técnico de Administração Pública	35	1.417.528
JARDIM ZOOLOGICO	Analista de Administração Pública	20	1.094.033
	Técnico de Administração Pública	27	1.093.522

ANEXO IV
DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS

VI - Nomeações decorrentes de Concurso Público			
Órgão	Cargo	Vagas	Valor
FUNAP	Analista de Administração Pública	16	875.226
	Técnico de Administração Pública	25	1.010.052
SEDEST	Especialista em Assistência Social	250	13.652.161
	Técnico em Assistência Social	350	14.175.280
SEJUS	Especialista em Assistência Social	511	27.905.020
	Atendente de Reintegração Social	512	20.736.410
	Técnico em Assistência Social	471	19.075.877
SES	Agente Comunitário de Saúde	250	3.119.822
	Agente de Vigilância Ambiental	550	7.339.340
	Auxiliar em Saúde - AOSD - Ortopedia e Gesso	83	1.921.116
	Auxiliar em Saúde - AOSD - Patologia Clínica	90	2.083.137
	Cirurgião-Dentista	150	8.012.010
	Especialista em Saúde - Biólogo	35	1.933.243
	Especialista em Saúde - Administrador	70	3.866.487
	Especialista em Saúde - Farmacêutico Bioquímico/Laboratório	50	2.761.776
	Especialista em Saúde - Fisioterapeuta	120	6.628.263
	Especialista em Saúde - Psicólogo	90	4.971.197
	Enfermeiro	400	20.859.689
	Médico	400	32.401.921
	Técnico em saúde - Téc. em Nutrição	100	2.929.632
	Técnico em Saúde - Téc. Laboratório/Patologia Clínica	80	2.343.706
	Técnico em Saúde - Técnico Administrativo	100	2.929.633
CGDF	Auditor de Controle Interno - Finanças e Controle	25	2.457.324
IBRAM	Fiscal de Atividades Urbanas - Meio Ambiente	20	1.591.597
	Analista de Atividades do Meio Ambiente	10	547.017
	Técnico de Atividades do Meio Ambiente	50	2.025.040
FHB	Analista de Atividades do Hemocentro	15	820.525
	Técnico de Atividades do Hemocentro	15	607.512
SEAPA	Analista de Desen. e Fisc. Agropecuária	25	1.367.541
	Técnico de Desen. e Fisc. Agropecuária	30	1.215.024
SPOG	Médico	9	729.043
	Auditor de Controle Interno - Planejamento e Orçamento	13	1.277.809
	Analista Planejamento e Gestão Urbana	30	1.843.359
	Analista de Administração Pública	120	6.564.198
	Técnico de Administração Pública	120	4.860.096
SSP	Técnico Penitenciário	106	3.967.910
CEAJUR	Procurador de Assistência Judiciária (Defensor)	20	4.033.148
PCDF	Analista de Apoio às Atividades Policiais	150	8.205.248
	Técnico de Apoio às Atividades Policiais	100	4.050.080
	Agente de Atividades Complementares de Segurança Pública	63	2.758.269
PGDF	Procurador do DF	5	1.008.287
	Analista de Apoio Ativ. Jurídicas	23	1.574.901
	Assistente de Apoio Ativ. Jurídicas	46	2.039.803
SEF	Auditor Tributário	50	9.410.832
	Auditor de Controle Interno - Finanças e Controle	26	2.555.617
	Analista Fazendário	80	4.764.778
	Técnico Fazendário	120	4.899.928
METRÔ	Advogado I	4	123.390
	Arquiteto I	2	61.695
	Engenheiro Civil I	5	154.237
	Engenheiro de Segurança do Trabalho I	1	30.847
	Engenheiro Elétrica/Eletrônica I	3	92.542
	Engenheiro Mecânico I	2	61.695
	Engenheiro de Telecomunicações I	2	61.695
	Médico do Trabalho I	1	30.847
	Piloto	20	308.577
	Agente de Estação	26	311.677
	Agente de Segurança Ocupacional	20	239.752
	Motorista	12	135.046
	Telefonista	2	19.842

ANEXO IV
DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS

VI - Nomeações decorrentes de Concurso Público			
Órgão	Cargo	Vagas	Valor
EMATER	Técnico Especializado	6	189.175
	Extensionista Rural - NS	6	189.175
	Extensionista Rural - NM	2	50.549
	Técnico em Informática	2	54.047
	Assistente Administrativo	4	90.756
	Eletrecista	2	26.196
	Motorista	3	45.002
	Mecânico Automotivo	2	30.001
ADASA	Regulador de Serviços Públicos	80	8.686.994
	Advogado	20	2.171.748
	Técnico em Regulação de Serviços Públicos	60	2.793.120
NOVACAP	Emprego de Nível Superior	60	4.461.633
	Emprego de Nível Médio	36	1.146.309
	Emprego de Nível Básico	283	6.965.566
DETRAN	Analista de Trânsito	20	1.369.636
	Auxiliar de Trânsito	80	2.434.101
	Assistente de Trânsito	40	1.867.406
	Agente de Trânsito	50	2.834.259
Total (Concurso Público)		8.795	379.781.474
TOTAL LEGISLATIVO			6.458.451
TOTAL EXECUTIVO			830.056.010
Total Geral			836.514.461

PROJETOS EM ANDAMENTO
Posição: 3º Bimestre Fechado de 2010

UO	Programa de Trabalho	Nome Subtítulo	Previsão		Estágio
			Início	Fim	
12101	04.122.0127.3308.0001	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	01/jan/06	31/dez/12	AT
12901	04.122.0127.3903.7883	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DO FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	01/jan/10	31/dez/11	NO
18101	12.362.0164.3272.9321	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO MÉDIO NA QNO 18/17, EXPANSÃO DO SETOR O	10/jun/10	20/fev/11	NO
22101	15.451.0084.1101.0004	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	13/jun/08	19/set/11	NO
22101	15.451.0084.1110.0147	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	18/jun/09	31/dez/11	NO
22101	15.451.0084.1110.1322	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DF - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	28/out/09	30/ago/11	NO
22101	15.451.0084.1110.7926	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO SETOR VICENTE PIRES	23/ago/07	14/jan/11	PA
22101	15.451.0084.3058.0002	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM MESTRE D'ARMAS - PRÓ MORADIA	01/abr/10	13/set/11	NO
22101	16.482.1200.1213.0898	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS E INFRAESTRUTURA NA VILA DNOCS EM SOBRADINHO - PAC	01/dez/09	16/jan/11	NO
22101	17.451.0700.3749.0001	REALIZAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE VÍDEO INSPEÇÃO ROBOTIZADA NO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DO DF	01/jan/07	29/ago/11	NO
22101	17.512.0124.7462.0001	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO DISTRITO FEDERAL - PRÓ-MORADIA CEF	17/ago/09	30/abr/11	NO
22101	18.451.1350.3020.0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ÁGUAS DO DF	16/abr/10	16/abr/13	NO
22202	17.122.0100.3983.6063	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL	02/jan/10	06/nov/11	NO
22202	17.512.0122.3665.6053	IMPLANTAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO DISTRITO FEDERAL	02/jan/10	25/mar/11	NO
22202	17.512.0124.1968.0009	ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	01/jan/08	09/nov/11	NO
22202	17.512.0124.366.96017	IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ESGOTOS NO DISTRITO FEDERAL	02/jan/10	25/mar/11	NO
22202	17.512.0124.7010.6045	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS VICENTE PIRES E SAMAMBAIA	13/jan/10	05/abr/11	NO
22202	17.512.0124.7012.6024	MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	10/mar/09	02/fev/11	NO
22202	17.512.0124.7316.6027	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ÁGUAS LINDAS	23/fev/10	14/nov/11	NO
23901	10.302.0214.1859.8169	CONSTRUÇÃO DO BLOCO MATERNO-INFANTIL DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO	01/set/09	31/dez/11	NO
26101	26.782.0250.1092.0004	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL	01/jan/10	31/dez/11	NO
26101	26.782.0250.1752.0002	IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE PREPARAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA INTEGRADA	01/jan/10	31/dez/11	NO
26206	26.453.2800.1816.0001	IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	01/mar/02	31/dez/11	NO
26206	26.453.2800.3007.0003	AMPLIAÇÃO DA LINHA DO METRÔ - ASA NORTE	02/jan/10	31/dez/11	NO
26206	26.453.2800.3007.0004	AMPLIAÇÃO DA LINHA DO METRÔ - CEILÂNDIA	02/jan/10	31/dez/11	NO
26206	26.453.2800.3007.0005	AMPLIAÇÃO DA LINHA DO METRÔ - SAMAMBAIA	02/jan/10	31/dez/11	NO
28101	15.126.0650.1539.0001	IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, TERRITORIAL E AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL	01/jan/09	31/dez/11	NO
28101	15.127.1318.3028.0001	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, PRESERVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	01/jan/10	31/dez/11	NO
28101	15.127.1318.3028.0002	PLANO DE PRESERVAÇÃO DE ÁREAS TOMBADAS NO DISTRITO FEDERAL	01/jan/09	31/dez/11	AT
28101	15.451.0150.1260.6094	IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL E URBANA DO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	01/mai/09	31/mar/11	AT
28101	15.451.0150.1573.6089	IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	01/jan/10	31/mar/11	NO
28201	15.451.0084.1110.0028	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA NO DISTRITO FEDERAL	01/jan/08	31/dez/12	NO
28201	15.451.0084.1110.0029	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA EM ÁGUAS CLARAS	18/jun/09	31/dez/11	NO
28201	15.451.0084.1110.0030	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA NO BAIRRO TAQUARI	01/jun/08	31/dez/11	NO
28201	15.451.0084.1110.0031	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA NO NOROESTE	01/set/08	31/dez/13	NO

UO	Programa de Trabalho	Nome Subtítulo	Previsão		Estágio
			Início	Fim	
28201	15.451.3000.1984.0022	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	01/mai/10	31/dez/11	AT
28201	19.126.0071.3866.0002	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	01/jan/09	31/dez/11	NO
32101	04.122.0850.3046.0001	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SWAP	14/set/09	31/dez/11	NO
34101	27.812.4000.3009.0001	CONSTRUÇÃO DE VILAS OLÍMPICAS	01/fev/08	31/dez/14	NO
34101	27.812.4000.3009.9568	CONSTRUÇÃO DE VILA OLÍMPICA NO RECANTO DAS EMAS	01/jan/09	31/dez/14	NO
34101	27.812.4000.3009.9569	CONSTRUÇÃO DE VILA OLÍMPICA EM SANTA MARIA	01/set/08	31/dez/14	NO

Legenda:

NO - Andamento Normal

AT - Atrasada

PA - Paralisada

Ações de Conservação do Patrimônio Público

Código	Ação
1006	Reforma e Benfeitorias no Edifício Sede da Câmara Legislativa
1018	Recuperação e Melhoria das Instalações do Tribunal de Contas do Distrito Federal
1223	Recuperação de Pontes e Viadutos
1337	Recuperação de Áreas Urbanizadas
1475	Recuperação e Melhoramento de Rodovias
1537	Reforma de Edifício Sede
1720	Reforma de Unidades do Sistema Penitenciário
1888	Reforma e Ampliação das Unidades do Ensino Médio
2725	Manutenção e Conservação da Rodoviária do Plano Piloto
2756	Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário
2825	Manutenção e Conservação da Rodoferroviária
2984	Manutenção da Frota Oficial de Veículos do GDF
2990	Manutenção de Bens Imóveis do GDF
2998	Manutenção do Planetário
3026	Revitalização de Monumentos
3028	Plano de Preservação da Área Tombada
3247	Reforma de Feiras
3273	Reforma e Ampliação das Unidades da Educação Especial
3276	Reforma e Ampliação de Unidades do Ensino Fundamental
3277	Reforma e Ampliação de Unidades da Educação Infantil
3440	Reforma de Quadras de Esporte
3487	Melhoria das Estruturas Físicas das Unidades da Secretaria de Estado de Saúde
3619	Programa de Revitalização do Projeto Orla do Lago
3689	Reforma de Terminal Rodoviário
3902	Reforma de Praça Pública
3903	Reforma de Prédios e Próprios
3904	Reforma de Reservatórios
3936	Revitalização da Torre de TV - Projeto Colméia
3938	Revitalização de Áreas Urbanizadas
3941	Revitalização de Edificações
4002	Manutenção e Conservação de Terminais Rodoviários no DF
5183	Revitalização e Manutenção de Parques
5474	Reforma de Ginásio de Esporte
6034	Manutenção das Rodovias do Distrito Federal
7009	Reforma de Estações de Tratamento de Água
7244	Reforma de Estádio
7468	Reforma da Rodoviária do Plano Piloto
8507	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública
8508	Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas
8873	Manutenção do Sistema de Iluminação
9064	Manutenção do Memorial Juscelino Kubistchek



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
GESTÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO



E.M.

Nº 056 /10-GAB/SEPLAG

Brasília, 26 de novembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a anexa Minuta de Projeto de Lei que, nos termos do artigo 71, § 1º, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tem por objetivo alterar os Anexos I – Metas e Prioridades e IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, constantes da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que trata das “diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011”.

Os ajustes nos citados anexos estão sendo propostos em função da necessidade de consignar, nos mesmos, as programações orçamentárias, relativas à aplicação de recursos na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, face não terem sido contempladas no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 (Lei nº 4.499/2010), por força do disposto no art. 17 da citada Lei. Da mesma forma, em decorrência da necessidade de autorização de acréscimos das despesas pessoal relativas aos Servidores da FUNAP e da NOVACAP. Esta última, por força do disposto no caput do art. 43 da Lei nº 4.499/2010 (LDO 2011), que requer a especificação, também, das proposições das empresas estatais dependentes de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Cabe esclarecer que as alterações no demonstrativo de pessoal não modificarão o valor total do anexo, visto que a compensação para os ajustes se dará no item “Atendimento de Reintegração Social” da Secretaria de Justiça – SEJUS.

Ademais, ressalta-se que o citado anexo relativo a despesa de pessoal é construído a partir das demandas apresentadas pelas Unidades Orçamentárias à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio de Processos específicos, e a realização das medidas nele constantes fica condicionada às disponibilidades orçamentária e financeira.

Vale registrar, por derradeiro, que o correspondente Anexo XX, integrante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011, também está sendo modificado na mesma proporção, onde estarão compatibilizados a partir de suas aprovações.

À sua Excelência o Senhor

ROGÉRIO SCHUMANN ROSSO

Governador do Distrito Federal

N E S T A



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
GESTÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO



Diante das proximidades do término da atual legislatura, necessário se faz solicitar a apreciação do anexo projeto de lei em regime de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em função de incompatibilidades verificadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa nos Anexos XV – Projetos em Andamento e XVI – Ações de Conservação do Patrimônio Público, constantes do Projeto de Lei Orçamentárias Anual para 2011, citados anexos, como na LDO não são quadros integrantes da mesma, estamos encaminhando-os, em anexo, para conhecimento dessa Casa e Providências necessárias.

Respeitosamente,


JOSE ITAMAR FEITOSA
Secretário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

PROJETO DE LEI Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

PL 1702 /2010

L I D O

Assessoria de Plenário

**Institui o Dia do Motociclista no
Distrito Federal.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Motociclista no Distrito Federal, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de julho.

Parágrafo único. A data mencionada no *caput* passará a constar do calendário oficial de eventos do Governo do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Brasília, como o centro das decisões administrativas do País, reveste-se de uma característica muito particular no tocante ao turismo. As atrações que a cidade oferece, praticamente únicas no mundo, dizem respeito à sua beleza arquitetônica e ao seu traçado moderno, admirado por todos que a visitam.

A sua característica principal de cidade administrativa faz com que, por ocasião dos recessos parlamentar e judiciário e nas férias escolares, o movimento se reduza sensivelmente.

Isso faz com que o segmento hoteleiro se desdobre em promoções para atrair turistas à Capital Federal.

Uma forma de projetar Brasília como mais uma opção para o turista nas férias de julho seria a promoção de eventos tais como a instituição, no Distrito Federal, do Dia do Motociclista, comemorado nacionalmente no dia 27 de julho.

Esse evento, que em outras cidades reúne dezenas de milhares de aficionados pelo esporte sobre duas rodas, tais como: "Megacycling" encontro anual que se realiza em Caraguatatuba-SP, com duração de 3 dias, e reúne 50.000 pessoas/dia; "Goiânia Moto Show", evento com aproximadamente 30.000 pessoas/dia, além de outros, viria incrementar o turismo de Brasília no mês de julho, considerado um período de baixa temporada.



Com a parceria do terceiro setor, por meio de ONG's, o Distrito Federal seria incluído como ponto de referência na programação do motociclismo nacional, divulgando e promovendo a cidade também nessa área.

A projeção de Brasília por meio desse segmento, contribuirá para divulgar os outros atrativos que a Capital Federal oferece, além de propiciar à comunidade local um verdadeiro espetáculo proporcionado pelo desfile, pelas ruas e avenidas, de milhares de motos com as suas mais variadas marcas e modelos, inclusive importados.

Entendemos que a medida viria beneficiar a todos os setores ligados direta ou indiretamente ao turismo, com a geração de emprego e renda e contribuindo para um desenvolvimento econômico mais consistente.

Diante da importância que se reveste a matéria, conclamo os nobres Deputados, no sentido de aprovarmos o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em



Deputada ELIANA PEDROSA
DEM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Reguffe (PDT)

INDICAÇÃO N.º

IND 9617 /2010

(Do Sr. Deputado REGUFFE)

L I D O
 Em, 21/12/2010
[Assinatura]
 Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e do DFTrans/DF, a alteração de itinerário da linha 201.4 que serve a Região Administrativa do Gama, nos horários entre 6 e 7horas e 18 e 19horas, a fim de servir os moradores das chácaras e condomínios na Ponte Alta Norte no Gama.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e do DFTrans/DF, a alteração de itinerário da linha 201.4 que serve a Região Administrativa do Gama, nos horários entre 6 e 7horas e 18 e 19horas, a fim de servir os moradores das chácaras e condomínios na Ponte Alta Norte no Gama.

JUSTIFICAÇÃO



Na região do Núcleo Rural Ponte Alta Norte, situada no Gama, existem mais de 150 chácaras e aproximadamente 35 condomínios onde vivem milhares de pessoas. Mesmo com essa expressiva densidade habitacional, as pessoas que habitam essa região não contam com serviço de transporte público coletivo.

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Reguffe (PDT)

Para se ter uma idéia, as pessoas que vivem nesses lugares são obrigadas a caminhar, em média, 4,5Km até a parada de ônibus mais próxima, situada na Quadra 10 do Setor Oeste do Gama. Isso pela manhã, quando os moradores saem para trabalhar, ritual que se repete no fim da tarde, no retorno aos lares após um longo dia de trabalho.

Diante desta realidade, a população que habita a região de Ponte Alta Norte solicita apenas duas coisas:

1) que entre as 6 e 7horas (Gama/Rodoviária do Plano Piloto) e 18 e 19horas (Rodoviária Plano Piloto/Gama), a linha 201.4 operada pela empresa Viplan, ao invés de seguir direto para o SLU/DETRAN, o ônibus entre à esquerda no balão que dá acesso ao cemitério do Gama, siga até a DF-475, passando em frente à Escola Classe Ponte Alta Norte, Residencial Palmeiras, ao Clube da Associação dos Servidores dos Correios, até a bifurcação com a DF 001; e/ou

2) que, das 6 às 7horas, entre meio-dia e 13horas e das 18 às 19horas, os microônibus, atendidos pelas cooperativas, passem pela DF-475, fazendo o seguinte itinerário: circular oeste/leste e, ao chegar na quadra 10, passar direto e pegar o acesso ao cemitério do Gama, seguindo pela DF-475 até a bifurcação com a DF- 001 até o Balão do Periquito, quando então acessaria a DF-480 até o balão posto do Sayonara, seguindo então o itinerário normal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Reguffe (PDT)

Além dos justos benefícios que terão os moradores do Núcleo Rural Ponte Alta Norte, no Gama, as linhas teriam significativo aumento do número de passageiros e diminuição sensível do fluxo de veículos e, portanto, do congestionamento nos horários críticos naquela região, principalmente na DF-480.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, conclamo os nobres pares a aprovarem a presente indicação.

Sala das Sessões, em ...

Deputado REGUFFE
PDT/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº
(Do Dep. Chico Leite)

RQ 2164 /2010

L I D O

Em, 21/12/2010

Assessoria de Plenário

Requer informações da Secretaria de Estado de Saúde acerca do fechamento para reforma de vinte Centros de Saúde no Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno desta Casa, as seguintes INFORMAÇÕES da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal:

- 1) Quando foram os gestores dos Centros de Saúde informados da necessidade de fechamento para reforma de suas respectivas unidades?
- 2) Qual a razão para a simultaneidade no fechamento para reforma de 20 Centros de Saúde no Distrito Federal?
- 3) Que critério foi utilizado pela Secretaria de Estado de Saúde para a escolha dos Centros de Saúde que passarão pela referida reforma?
- 4) Que providências específicas foram tomadas para obviar os transtornos causados pelo deslocamento de profissionais e pacientes durante o fechamento dos Centros de Saúde?

ASSISTENTE DE PLENÁRIO PROT. 01/Dez/2010 16:57

Leonardo 16809

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Orgânica do DF, no seu art. 60, incisos XVI e XXXIII, dispõe *in verbis*:

Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

[...]

XVI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

[...]

XXXIII - encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informação aos Secretários de Governo, implicando crime de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informação falsa;

O Regimento Interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar de fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art. 15, inciso, *in verbis*:

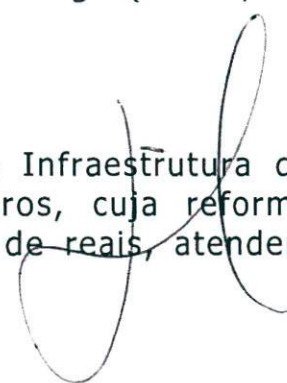
Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:

[...]

X – ter acesso às informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta e indireta;

Em 04.11.2010, foi publicada no portal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal na *internet* notícia informando a autorização, pelo Governador do Distrito Federal, para a reforma de 20 Centros de Saúde no Distrito Federal, a saber: Asa Norte (CS 12 e CS 13), Asa Sul (CS 06), Brazlândia (CS 01), Ceilândia (CS 02, CS 03, CS 06, CS 07, CS 09 e CS 10), Cruzeiro (CS 14), Gama (CS 01, CS 03 e CS 05), Planaltina (CS 01), Sobradinho (CS 01) e Taguatinga (CS 02, CS 03, CS 05 e CS 07).

Segundo o Subsecretário de Logística e Infraestrutura da Saúde, Antônio Henrique Moraes Rego, tais Centros, cuja reforma durará quatro meses ao custo total de 19 milhões de reais, atendem 600 mil pessoas.



Recebi em meu gabinete parlamentar diversos servidores públicos que prestam serviços nos Centros de Saúde assinalados para fechamento e reforma.

Segundo eles, a informação sobre o fechamento dos Centros de Saúde chegou com a notícia referida há pouco. Foram tomados pela surpresa e pela perplexidade.

Manifestam um entendimento que de fato é intuitivo: o fechamento simultâneo de tantos Centros de Saúde, ainda que por motivo relevante, certamente trará o caos ao já combalido serviço público de saúde do Distrito Federal.

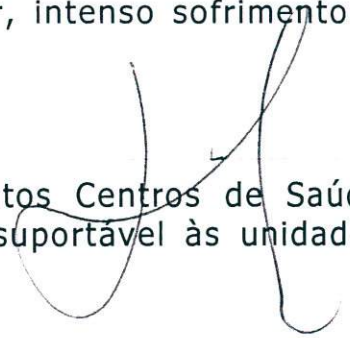
Afirmam ainda que as unidades escolhidas não correspondem àquelas que efetivamente estão mais necessitadas de uma intervenção de tal natureza.

A propósito, o Conselho Regional de Saúde da Ceilândia – local em que se previu o fechamento de seis Centros de Saúde – encaminhou ofício em 22.11.2010 à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em que, após descortinar as diversas implicações da decisão governamental, encaminhou solicitações para minorar as prováveis circunstâncias danosas daquela decorrentes. Sobre o expediente, todavia, até a presente data, não houve resposta.

Analizando o quadro trazido pelos servidores, parece claro que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal poderia realizar as reformas de modo escalonado.

Demais disso, a falta de informação prévia sobre o fechamento dos Centros de Saúde ocasionou a marcação de consultas em tais Centros até o mês de maio de 2011. O necessário cancelamento dos atendimentos gerará, como é de se esperar, intenso sofrimento e estresse nos pacientes.

Demais disso, o fechamento de tantos Centros de Saúde ocasionará um afluxo de pacientes que será insuportável às unidades



20
em funcionamento, que já trabalham hoje no limite de suas respectivas capacidades.

Diante desse quadro, encontra-se plenamente justificado o objeto da proposição em epígrafe, devendo o agente público prestar as informações ora requeridas, nos termos do disposto no art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em



DEPUTADO CHICO LEITE
PT/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

L I D O
Em, 2 1 2 1 2 0 1 0
Eliana
Assessoria de Plenário

RQ 2165 /2010

REQUERIMENTO Nº
(Da Sra. Deputada ELIANA PEDROSA)

**Requer a tramitação conjunta dos Projetos
de Lei nº 1.618/10 e 1.700/10**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Na conformidade do disposto no arts 154, do Regimento Interno desta Casa e por tratar de matéria semelhante e de igual natureza, *requero* que, de ofício, Vossa Excelência conceda a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 1.618/10 e 1.700/10.

JUSTIFICAÇÃO

As proposições, conforme constam de seus assentamentos disponíveis no Sistema de Informação Legislativa desta Casa são da mesma natureza e igual objetivo que é o de alterar a Lei nº 4.092/08, que trata do controle da poluição sonora nas atividades urbanas e rurais do Distrito Federal, portanto plenamente justificada seus apensamentos o que desde já requer.

Sala das Sessões,


Deputada ELIANA PEDROSA
DEM

2 12 10
Eliana *11928*
11/12/2010



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 104ª
(CENTÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Alírio Neto a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 222, de 09/12/2010, juntamente com a ata sucinta da 104ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço um apelo, em nome da Mesa Diretora, da Presidência desta Casa e dos Deputados que estão aqui presentes, para que todos os Deputados que se encontram nas dependências desta Casa do povo, em seus gabinetes, venham ao plenário para que possamos dar continuidade

30

26

total = 56 bands



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

ao trabalho que iniciamos ontem, quando apreciamos vetos, projetos de interesse do povo, especialmente do pessoal que está na galeria.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aqui com os empresários e trabalhadores da QE 40, que têm interesse no item nº 12, apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, projeto que esta Casa aprovou e que busca a regularização e a geração de emprego e de riqueza para a sociedade de Brasília a pessoas que estão há mais de 15 anos trabalhando de forma legal, mas ao mesmo tempo buscando essa legalização.

Eu queria então pedir a V.Exa. que, assim que se alcance o quórum, o item nº 12 seja o primeiro da pauta para que possamos fazer a votação de interesse da população da QE 40, que está aqui esperando. Solicito que este seja o primeiro item da nossa pauta. Temos alguns Deputados presentes, acredito que dentro de instantes haverá quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria, em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores, concordar com a proposta feita pelo Deputado Alírio Neto.

Nós acertamos um compromisso, lá atrás, Deputado Geraldo Naves, de votarmos a questão relacionada à QE 40, Deputado Reguffe, regularizando a situação histórica desses micro e pequenos empresários. Durante aquela votação, nós acertamos que, se houvesse veto, esta Casa iria derrubá-lo, e vamos cumprir com a nossa palavra, garantindo a aprovação da referida lei quando da análise do veto.

Então, há acordo com relação a esses vetos que estão na pauta, inclusive há acordo no sentido de derrubar o veto que foi oposto pelo Governador ao projeto da QE 40.

Minhas saudações aos micro e pequenos empresários. Contem conosco quando ocorrer a votação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ratificar o que o Deputado Paulo Tadeu falou e relembrar que o Deputado Alírio Neto vem, desde o primeiro semestre, tentando que façamos a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

apreciação desse veto. Acho que hoje é o dia ideal e que podemos contar com a sensibilidade dos colegas que ainda vão chegar. É preciso votar e pôr logo um fim nisso.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho acompanhado o Deputado Alírio Neto nessa questão da QE 40, além de ter vários amigos empresários e microempresários que merecem o respeito da população. Fiz questão de estar aqui hoje e endosso o pedido do Deputado Alírio Neto para que este seja o primeiro item da pauta, a fim de que possamos apreciar esse veto.

Parabéns ao Deputado Alírio Neto pela iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação do Deputado Alírio Neto para que esse seja o primeiro item da pauta.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero corroborar a solicitação do Deputado Alírio Neto, sei da luta de S.Exa. em relação à QE 40.

Minha família tem imóvel no Guará, conheço muito bem a realidade daquele setor e considero o que vamos fazer hoje uma justiça com aqueles empresários que estão ali há muito, muito tempo e estão com esse problema. Então, também estou de acordo com que este projeto seja o primeiro item da pauta e vim aqui hoje exclusivamente para resolvermos esse problema da QE 40 do Guará.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Cristiano Araújo é vizinho de vocês no Guará e é importante que ele também avalize vocês. S.Exa. sabe do trabalho que vocês tiveram para adquirir aquilo lá e o quanto custou, o quanto foi suado construir aquilo lá. Nós sabemos disso.

Teremos quórum. Já fizemos contato com os Deputados. O Deputado Aylton Gomes já subiu, o Deputado Benício Tavares está subindo e o Deputado Paulo Tadeu já fez contato com outros Deputados que estão vindo para cá também. O Deputado Benício Tavares acaba de chegar. Falta um Deputado para começar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Pergunto se algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento, e até fiz questão de não falar como Líder da Bancada, mas como Parlamentar desta Casa. É evidente que nós sabemos que esta legislatura está chegando ao seu final. Faltam, provavelmente, apenas seis sessões ordinárias para que possamos encerrar um trabalho que começou há quatro anos, e todo mundo sabe da esperança que a população tinha nesta legislatura, e até mesmo no Governo então eleito José Roberto Arruda.

Sabemos que daqui a alguns dias nós vamos encerrar um ciclo importante e vamos ter que aprender muito com o que aconteceu, porque não foi qualquer coisa para esta cidade, para esta Casa, para o ambiente institucional. Porém, nós também sabemos da responsabilidade que temos com mais de dois milhões de habitantes. A cidade não para, esta Casa vai se renovar, dia 1º de janeiro começaremos uma nova legislatura. Alguns Parlamentares foram agraciados pela população com um novo mandato aqui dentro, outros foram para a Câmara dos Deputados, outros não disputaram a eleição e outros não ganharam a disputa eleitoral. Mas nós sabemos que a vida continua para todo mundo, seja para quem ganhou, para quem não ganhou, para quem disputou, para quem não disputou. A vida continua para todo mundo. Então, é muito importante que nós procuremos trabalhar nesses próximos dias aqui, e evidentemente nos próximos anos, numa nova cultura política que resgate efetivamente as nossas instituições para a população de Brasília. Que nós possamos, nesses próximos dias aqui na Câmara, encerrar os nossos trabalhos de maneira respeitosa para com a população e para com a sociedade que nos acompanha.

Temos aí uma pauta de quase 90 itens e sabemos que algumas tarefas foram colocadas para nós. Por exemplo, há um projeto do Poder Executivo que estabelece uma mudança na contratação de professores temporários. Hoje, o professor temporário, Deputado Milton Barbosa, que exerce uma função durante este ano, não pode sequer se submeter ao processo seletivo. Então, o Governador do Distrito Federal mandou para a Casa o projeto dizendo que não, que esse profissional que exerceu a função de professor durante este ano poderá de novo recorrer ao processo seletivo. Essa proposta está aí, e nós sabemos da esperança que milhares de professores do chamado contrato temporário têm com a aprovação dessa matéria. Se nós não aprovarmos, vamos excluir da possibilidade de seleção para o ano que vem milhares de professores, e gerar inclusive uma possível dificuldade para a educação pública. Então isso nós temos que fazer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Discutimos hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças os pareceres preliminares do Orçamento, Deputado Cristiano Araújo. Lá estávamos eu, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Benedito Domingos, Deputada Eliana Pedrosa e Deputado Benício Tavares. Aprovamos os pareceres preliminares. O que nós temos dito para todo mundo? Primeiro, mesmo que o Orçamento que temos de aprovar seja parte do Governo Arruda e parte do Governo Rosso, nós temos que garantir que obras e serviços essenciais para a população tenham continuidade. Nós não podemos parar essas obras e esses serviços. E, além disso, temos que procurar construir no atual Orçamento as propostas do futuro governo que o companheiro Agnelo Queiroz irá conduzir a partir de 1º de janeiro.

Então, foram aprovados hoje os pareceres preliminares. Amanhã, até as 18 horas, devem-se encaminhar para o Relator Geral, Deputado Cristiano Araújo, as propostas de outras unidades dos Relatores parciais. Já temos, inclusive, algumas propostas destacadas. Serão somadas a elas outras propostas que virão, e é importante que nós possamos culminar com a aprovação desse Orçamento no final deste mês.

Também, Sr. Presidente, nós temos aí a discussão do IPVA e do IPTU. E quanto ao IPVA, Deputado Reguffe, ontem nós discutimos aqui a seguinte situação: no ano passado, tínhamos aprovado uma emenda que dizia que o Governo teria o prazo até 31 de janeiro deste ano para fazer uma revisão dos valores venais. Não foi feito. Tivemos que discutir um veto que já era inócuo.

Então, é importante que também nos debruçemos sobre essa questão dos dois impostos ou dos demais impostos que iremos discutir. Há uma questão fundamental, que é o desconto no IPVA e, se não me engano, no IPTU. A proposta original do Governo não traz esses descontos. Então, temos que discutir a aprovação dessas matérias até para garantir à sociedade a possibilidade de desconto nos tributos que irão pagar no ano que vem.

Então, há algumas matérias das quais não há como fugirmos, temos que discuti-las e aprová-las. E, independente de eu ser ou não o indicado pelo Agnelo Queiroz para representá-lo neste momento, quero dizer que essa é uma tarefa que tem que ser distribuída por todos nós. Eu acho que todos aqui têm responsabilidade, temos que compartilhar. Ontem, a Câmara deu uma demonstração disso: votamos uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica. Hoje, Sr. Presidente, é o último dia possível para aprovarmos Proposta de Emenda à Lei Orgânica, já que o prazo é de dez dias, e um prazo de dez dias culminará no dia 16. Como pretendemos encerrar os trabalhos no dia 15, hoje é o último dia. E há uma emenda de minha autoria e também de vários Parlamentares, inclusive o Deputado Reguffe, que propõe o seguinte: para efeito de privatizações no âmbito do Distrito Federal, qualquer privatização, depois de aprovada por esta Casa, tem que ser submetida a um referendo popular. Isso é uma forma de democratizar este debate, de avançar na democracia direta. E esperamos muito que essa Emenda à Lei Orgânica seja



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

aprovada hoje. Por isso, é necessário que hoje possamos reunir 16 Deputados, senão não teremos tempo de aprovar até o dia 15 deste mês.

Então, na realidade, eu queria fazer muito mais uma avaliação do que nos espera até o dia 15, dizendo sempre o seguinte: o Governador Agnelo Queiroz já disse na sala da Presidência – e eu reforço – que ele quer estabelecer com esta Casa, com esta legislatura, uma relação política de diálogo e de respeito. E ele tem confiança nesse diálogo e nesse respeito. É evidente que temos conhecimento das demandas que vários Parlamentares têm, que vários partidos têm com relação ao futuro governo. E todas as demandas serão discutidas com o Governador, a quem cabe discutir essas coisas. Então, queremos mais uma vez reafirmar o respeito a esta Casa enquanto governo eleito, enquanto governo em transição. Eu gostaria de dizer que a decisão que o Parlamento tomar será respeitada pelo futuro governo. Inclusive, Deputado Geraldo Naves, se não quiser votar mais nenhuma matéria, o futuro governo irá respeitar; agora, o que queremos estabelecer é uma relação de diálogo, não uma relação de pressão ou de outro tipo de coisa. E, nesse aspecto, o futuro governo está disposto a dialogar qualquer matéria, e é evidente que aqui temos independência para votarmos a matéria que entendermos que tem que ser votada, da maneira como tem que ser votada.

Obrigado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiquei estarrecido de ver que um Deputado Federal do PT do Maranhão pediu para ouvir os delegados que estão envolvidos no crime da 113 Sul. Deputado Alírio Neto e Deputado Milton Barbosa, eu gostaria que V.Exas. prestassem atenção no que eu vou dizer: um Deputado do PT, do Maranhão, achou por bem convocar para serem ouvidos pela Câmara Federal a Delegada Mabel, a Delegada Débora Menezes, o Delegado João Monteiro e o Sr. Promotor de Justiça. A convocação foi aprovada.

Eu gostaria, se possível, que a Presidência desta Casa ou a Mesa Diretora e todos os Deputados fizessem uma moção de respeito à Polícia Civil, que vem desempenhando um papel brilhante. Investigação é complexa, não é uma coisa simples, não é chegar e falar, tem que investigar. Eu acho que, se um delegado investigou e divulgou aqui, e o outro divulgou ali, se houve uma invasão de área, ou coisa parecida, isso tem que ser resolvido lá, no âmbito da Polícia Civil. São eles que têm que resolver, não é Deputado Federal do Maranhão que vai ouvir, que vai tentar, ou que vai vir aqui e meter o “bedelho” na instituição Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar, DETRAN, Corpo de Bombeiros, ou qualquer coisa. Senão, vira a “casa da mãe Joana”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Portanto – eu disse isto hoje no rádio e estou reafirmando aqui para todos –, deixem a Polícia Civil fazer o seu trabalho, depois divulguem tudo, porque nós conhecemos a seriedade das pessoas que estão envolvidas nessas investigações. Nós sabemos. Errar é humano, podem cometer erro, sim, mas não ao ponto do que está na imprensa: que é por falta de organização, de briga interna. Ele quer ouvir todos lá. É uma falta de respeito!

A outra questão, Sr. Presidente, é direta a V.Exa. Eu não sei se esta Casa tomou alguma providência, mas ouvi o repórter do *DFTV*, há umas duas semanas, referir-se publicamente a esta Casa como a “casa do espanto”. Está gravado. Já que ele está dizendo isso, acho que esta Casa deveria pedir uma retratação, ou o mínimo de respeito com os Parlamentares, porque qualquer problema de um Parlamentar ele vai resolver no âmbito desta Casa ou da Justiça e não através da imprensa. Eu acho que todos os Deputados deveriam prestar atenção. A Presidência desta Casa, se possível, deveria mandar uma carta – e aí é uma reivindicação que eu faço à *TV Globo* – exigindo, no mínimo, respeito. Se há espanto nesta Casa, não são os Deputados, não somos nós. Eu acho que mereço respeito. Eu falo por mim e quero dizer que, enquanto eu estiver aqui – e faltam poucos dias –, eu e os outros que vão entrar merecemos respeito, porque tivemos o respaldo da população. Enquanto não houver nenhuma sentença transitada em julgado, que é o que diz a lei, não existe criminoso. Não é isso, Deputado? É esse o pedido que faço, porque a imprensa merece, pelo menos, dar o respeito que damos a ela, porque nós merecemos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA

Item nº 12:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas quadras externas (QE) 38, 40 e 42 do Guará II e na quadra de oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. para ler apenas a parte final do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



RELATÓRIO Nº /2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009 que "dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas quadras externas (QE) 38, 40 e 42 do Guará II e na quadra de oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências".

Relator: Deputado Benício Tavares

Pela Mensagem nº 181/2010-GAG, o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **Veto Total** ao **Projeto de Lei nº 1.305, de 2009**, de autoria do Poder Executivo, que "**dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas quadras externas (QE) 38, 40 e 42 do Guará II e na quadra de oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências**".

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu cinco emendas de Plenário, com pareceres favoráveis da Comissão De Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, da Comissão de Assuntos Fundiários e Comissão de Constituição e Justiça. Após a aprovação em primeiro, segundo turno e Redação Final na Sessão Ordinária de 10 de agosto de 2010, foi encaminhado ao Poder Executivo para Sanção em 13 de dezembro de 2010, através da Mensagem nº 82/2010-GP pelo Presidente desta Casa, Deputado Wilson Lima (fls.56).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 04 de outubro de 2010, através da Mensagem nº 181/10-GAG (fls. 62), o Senhor Governador comunica a Câmara Legislativa que Vetou Totalmente o Projeto de Lei pelas razões que passo a transcrever:

"ouvida a Secretaria de Estado de desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, acerca das emendas apresentadas, afetas ao texto original do Projeto de Lei 1.305/2009, dão tratamento diferenciado às empresas instaladas nas quadras externas da QE 38,40 e 42 do Guará II e quadras de oficina – QOF da Candangolândia, em detrimento a todas as outras empresas instaladas no Distrito Federal, bem como fere o que dispõe a Lei de Contratos e Licitações (Lei 8.666/93)."

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o Veto em causa.

Sala das comissões, em 02 de dezembro de 2010.


Deputado BENÍCO TAVARES
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 02/12/2010

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1.305/09

Autor: Deputado(a): _____

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

Demais Favores

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PRB		X			
	ALÍRIO NETO - PPS		X			
	AYLTON GOMES - PR		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRB				X	
	BENEDITO DOMINGOS - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ELIANA PEDROSA - DEM		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	GERALDO NAVES		X			
	JAQUELINE RORIZ - PMN				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO RORIZ - DEM				X	
	PAULO TADEU - PT		X			
	RAAD MASSHOU - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROBERTO LUCENA - PR				X	
	ROGÉRIO ULYSSES		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA - PR		X			
	TOTAL		16		08	

Assp
ASSP

SECRETÁRIO DEP. *PSDB*

ALTON BARBOSA

ASSP

Nº 1

Fls.º

VOTOS "SIM"

-

VETO MANTIDO

VOTOS "NÃO"

16

VETO REJEITADO

X

ABSTENÇÃO

-

AUSÊNCIAS

08

ASSESSORIA DE PLÊNARIO PROT. 03Dez2010 09:31

PL 1305/09 FOLHA 0070



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 45, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Tadeu e outros, que “acrescenta parágrafo ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 45, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Tadeu e outros, que “acrescenta parágrafo ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica de vários Deputados. À frente, o Deputado Paulo Tadeu, o Deputado Reguffe e outros. Trata-se de medida que, na forma, parece a medida adequada, reforça a representação popular na medida em que a Casa do Povo será o filtro pelo qual deverão passar propostas que desafetem em última instância, que desprezem bens que são do povo, na linguagem do ex-presidente Getúlio Vargas. Ainda na forma, eu quero dizer que há assinaturas em número suficiente — ter no mínimo 8 —. Então, na forma, é admissível.

No mérito, como se trata de matéria de natureza administrativa e nós precisamos impulsioná-la, considero a emenda extremamente oportuna ao revés do que preconizava o Consenso de Washington e que foi praticado recentemente por alguns governos aqui no Distrito Federal. É a necessidade, para que haja privatização, de esta Casa aprovar. Se o bem é do povo, e foi comprado para ele e por ele, só poderá ser disponibilizado se ele concordar — ele, o povo. E esta é a Casa de representantes do povo, nada mais justo que se exija esse filtro. Por isso a importância da emenda, Sr. Presidente. De maneira que eu a considero admissível e meritória.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito o Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão Especial sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 45, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Tadeu e outros, que “acrescenta parágrafo ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão Especial, na análise de méritos, como já havia deixado escapar na Comissão de Constituição e Justiça, vejo que o acréscimo desse parágrafo ao art. 19 da Lei Orgânica vem consolidar o princípio segundo o qual aquilo feito pelo povo e para o povo só também em seu nome pode ser disponibilizado, de maneira que a nossa posição é no sentido da aprovação da emenda em debate.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão Especial. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 45, de 2010. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a proposta; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2010

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS ☐ EMENDAS REJ. NºS

☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☒ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 45/10

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

☐ RECURSO Nº (S)

☐ REQUERIMENTO Nº (S)

☐ OUTROS

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Paulo Tadeu e outros

☐ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS	PRB	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-			X	
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN	-			X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	-			X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	-			X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PR	-			X	
	ROGÉRIO ULYSSES	--	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	-			X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	TOTAL		17			07	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. PSDB

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 13921

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovada a PELO nº 45, de 2010.

A matéria segue a tramitação regimental e aguarda o prazo de 10 dias.

Item nº 33:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que "altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

A Presidência designa a Deputada Eliana Pedrosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eliana Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresento o parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que "altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que 'dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências'".

O projeto, no seu escopo, trata de dar possibilidade àqueles professores que hoje estão no serviço temporário de participar do novo concurso. Do ponto de vista do mérito, é correto porque estes professores estão até bem mais preparados, pois já foram à sala de aula, estão atualizados.

Portanto, somos pela sua aprovação, além do que estamos garantindo a isonomia, porque não estamos impedindo que ninguém deixe de concorrer, mas, principalmente, permitindo que aqueles que já o fazem – e o fazem com qualidade – possam, realmente, ter assegurado esse direito.

Então, no âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela aprovação. Do ponto de vista do mérito, o projeto está correto, e fazemos um elogio ao Poder Executivo pelo encaminhamento desse projeto à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

É o parecer.

DEPUTADO WILSON LIMA – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que ‘dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências’”.

Sr. Presidente, a Deputada Eliana Pedrosa, quando proferiu o seu parecer, entrou no mérito da matéria que era, de fato, da sua Comissão. Do ponto de vista não só do mérito, mas no âmbito desta Comissão, do ponto de vista econômico-financeiro-orçamentário, não encontramos nenhum óbice na devida matéria, e somos, portanto, favoráveis à aprovação do projeto, no âmbito desta Comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que ‘dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a hipótese é de...

(Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, ouvidos os esclarecimentos do Ilustríssimo Secretário, agora posso emitir o parecer.

Do ponto de vista formal, nenhum problema. A iniciativa é do Poder Executivo, é um daqueles temas que devem ser encaminhados por essa via.

Do ponto de vista do mérito, V.Exa. sabe que eu sou daqueles contrários a contratos temporários para as hipóteses que sejam definitivas. Procuro fazer um debate da formação de um serviço público que tenha concursados. V.Exa. sabe que esse debate foi feito nesta Casa durante esses oito anos. Orgulho-me de tê-lo feito. Preciso apenas esclarecer que, na hipótese, o que se pretende é, tão somente, que aquele do magistério temporário que participar do concurso possa agora, havendo um novo concurso, participar novamente do certame, porque havia um proibitivo de participar sequencialmente de dois certames. É só isso.

No mérito, o Estado precisa se preparar muito bem para, em cargos de natureza permanente, ter inclusive reserva que lhe dê tranquilidade para fazer esse serviço. Nós precisamos tomar cautela – não digo que é o caso – para que nenhum dos instrumentos de serviço à sociedade possa servir de mero instrumento eleitoreiro. Nós temos que tomar muita cautela com isso por princípio, seja que cor tenha o governo, inclusive o nosso, porque vaias e aplausos, Deputado Milton Barbosa, passam; o que não passa é o princípio, e é a eles que nós temos que nos apegar. Hoje nós somos oposição; amanhã seremos governo. Pode ser que, daqui a alguns anos, sejamos oposição de novo. Quem sempre esteve marchando com princípio, quem não ficou com a circunstancialidade, aplaudindo ou vaiando de acordo com o interesse particular ou localizado, vai saber o preço da incoerência.

De maneira que, nos tais termos em que o PL está colocado, nós o reputamos admissível, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.638, de 2010.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu para discutir.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao mérito da matéria em primeiro turno, já temos consenso com relação a ela. Como essa matéria só será votada em segundo turno na semana que vem, Deputado Aylton Gomes, é importante que os Parlamentares fiquem atentos ao seguinte: há uma reivindicação dos professores – inclusive, já foi aberto um diálogo com o Governo Rosso – com relação à nomeação de diretores de escola, à escolha de diretores de escola no final deste ano. Então, há uma intenção evidente de que essa escolha se dê a partir do ano que vem. Seria legítimo. Metade dos diretores, aliás, metade não, boa parte dos diretores teria mandato até 31 de dezembro do ano que vem, e outra parte seria escolhida agora com mandato até o ano de 2011. Então, o que está se pedindo é que a escolha de diretores de escola no final deste ano seja prorrogada para o ano que vem. Aí há duas alternativas, e, por isso, discutiremos na semana que vem. Uma seria o próprio Rosso baixar um decreto dizendo que está adiando para o início do ano que vem a escolha desse número “x” de diretores, de que eu não me recordo agora. A segunda alternativa seria a apresentação de uma emenda a esse projeto em segundo turno adiando a escolha que seria feita até 31 de dezembro para fevereiro ou março do ano que vem; portanto, suspendendo a escolha neste ano e jogando-a para o ano que vem. Então, há essa discussão. Quero, de público, colocá-la para todos os Parlamentares, para pensarmos sobre essa reivindicação, porque senão teremos de fazer a toque de caixa uma escolha nos próximos 10 dias de um número “x” de diretores de escola. Então, há uma discussão do Governo de transição com o Governo Rosso com relação a essa questão envolvendo também os professores. Só que, como não temos hoje uma posição fechada dos dois governos com relação a essa matéria, esperamos que até terça-feira ou até quarta-feira que vem exista. Se for necessário, apresentaremos uma emenda. Se não, a partir do decreto do próprio Governador, não haveria necessidade de debatermos esse assunto aqui na Câmara. Tudo bem? Já estou mais ou menos alertando, para que V.Exas. fiquem atentos, pois pode surgir, na semana que vem, uma emenda a esse projeto, que trata da escolha dos diretores no final deste ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos aguardar, então, até a semana que vem. De qualquer forma, eu lanço aqui a minha preocupação, porque fui Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e sei que, quando uma unidade da Secretaria fica sem um diretor, sem um coordenador, ocorre um transtorno muito grande. Nós sabemos que a questão da educação é uma questão fundamental. Preocupa-me dizer que as escolas ficarão sem diretores nesse período de matrículas, de organização das turmas até março do ano que vem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Eu parabeno o Deputado Paulo Tadeu e agradeço a S.Exa. por nos ter dado esse alerta, a fim de que cada um de nós possa estudar essa questão e votá-la com muita consciência.

DEPUTADO PAULO TADEU – Estender o mandato deles até o ano que vem.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim, parece-me que há cerca de 200 escolas sem diretores. Algumas delas, inclusive, estão com as listas tríplices já preparadas para a eleição, e outras não. Eu acho que são duas questões diferentes: nós deveríamos ver aquelas escolas que já estão preparadas para a eleição, porque é eleição, e talvez estudarmos a melhor solução para as outras.

É importante o alerta dado pelo Deputado Paulo Tadeu. Acho que todos nós devemos fazer o dever de casa e estudar isso direitinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Peço aos Deputados que estão no plenário que permaneçam, porque ontem nós começamos a votar uma matéria e a votação ficou pelo meio. Então, peço só que finalizemos a votação. O Deputado Dr. Charles quer se manifestar. Depois, nós continuaremos a votação, para esgotarmos a pauta dos PDLs, das moções e dos requerimentos. Peço a todos os Deputados que permaneçam no plenário para votarmos os itens a seguir, porque há data para eles serem entregues.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 85:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2010, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Mendonça”.

Item nº 86:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2010, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Hélio Queiroz da Silva”.

Item nº 87:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2010, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Manoel Bonfim da Conceição".

Item nº 88:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Valter Eufrazio Maranhão".

Item nº 89:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Flávio José Couri".

Item nº 90:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2010, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ricardo Fenelon das Neves".

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer apenas ao item nº 90.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao item nº 90.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2010, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ricardo Fenelon das Neves".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis à sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Esta Presidência fez essa votação de forma sucinta, porque ontem já havia sido dado o parecer da CAS aos itens de nºs 85 a 89. Faltava apenas parecer ao item nº 90. Ontem, foi dado o parecer pela Deputada Erika Kokay. O Deputado Milton Barbosa emitiu o parecer ao item nº 90 agora. Por isso votamos os itens nºs 85 a 90.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos projetos de decreto legislativo nºs: 521, de 2010; 526, de 2010; 506, de 2010; 527, de 2010; 530, de 2010; 531, de 2010.

Sr. Presidente, eu gostaria de ir direto à análise de mérito e proferir o voto no sentido de que a Comissão de Constituição e Justiça nada encontra que possa constituir óbice à concessão dos títulos.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Eu queria apenas ratificar minha posição na votação da CAS porque a Deputada Erika Kokay já havia proferido parecer aos itens nºs 85 a 89, faltando apenas o item nº 90, ao qual o Deputado Milton Barbosa proferiu parecer da CAS aqui da Mesa Diretora. Portanto, estão completos os pareceres e as votações dos PDLs tanto na CAS quanto na CCJ.

Em discussão, em turno único, os projetos de decreto legislativo.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que votarei de forma contrária, assim como sempre fiz nesta Casa desde que cheguei aqui, visto que se trata de títulos de cidadão honorário. Eu não tenho nada contra as pessoas indicadas. Apenas por coerência, desde que cheguei a esta Casa, tenho votado contra as concessões de título de cidadão honorário e também votarei contra esse bloco de indicações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final dos PDLs aprovados.

Passa-se à imediata apreciação das seguintes matérias:

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2010, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Luiz Mendonça".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2010, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Hélio Queiroz da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2010, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao padre Manoel Bonfim da Conceição".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Valter Eufrazio Maranhão".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Flávio José Couri".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2010, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Ricardo Fenelon das Neves".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 600, de 2010, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “parabeniza a escritã de polícia Lucimar Maria dos Santos e Silva”.

Item nº 91:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 601, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os funcionários do Centro de Saúde nº 04, da Região Administrativa de Samambaia - RA XII, pelos relevantes serviços prestados à comunidade durante as campanhas de vacinação”.

Item nº 92:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 602, de 2010, de autoria do Deputado Doutor Charles, que “parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, os servidores públicos que menciona”.

Item nº 93:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 603, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “apresenta votos de congratulações à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ao seminário de Brasília e a Dom Raymundo Damasceno por sua nomeação cardinalícia”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sou morador de Taguatinga há muitos anos. Eu estou ao lado do eterno governador da nossa cidade, Deputado Benedito Domingos, que sabe dos problemas que lá vivemos. Naquele viaduto, na entrada da cidade, têm ocorrido muitos acidentes. Já perdemos amigos em desastres e ele continua da mesma maneira. Não se toma providência para que se tenha segurança naquele viaduto. Muitos pais de família, nossos amigos, perderam seus filhos e isso recentemente voltou acontecer. Taguatinga é uma das poucas cidades do Brasil que possui um viaduto já na entrada da cidade. Então, realmente precisamos que se olhe para aquela cidade, para aquele viaduto e se dê segurança para que não percamos tantas vidas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Mas o que me traz aqui é para falar sobre um assunto pior que essa questão, que são os quiosques localizados na entrada de Taguatinga. Eu não sei de onde vieram aqueles quiosques e quais os critérios adotados para colocarem aquelas pessoas naquele local. É como se ali fosse uma favela. As pessoas estão indo a minha casa para dizer que estão construindo uma favela perto de nossas casas.

Eu quero fazer aqui uma indagação ao Administrador de Taguatinga para saber como aqueles quiosques foram parar ali daquela maneira. Aquela situação é grave. Há mais ou menos 26 quiosques de forma inadequada. Nós precisamos tomar as providências. O Deputado Milton Barbosa, que é de nossa cidade, sabe que aquilo é um absurdo. Nosso querido Deputado Benedito Domingos também não sabe de onde saíram aqueles quiosques. Realmente as coisas estão ficando difíceis. Nós precisamos saber de onde saíram aqueles quiosques que estão lá, pois essa é uma coisa gravíssima. Primeiro, eles estão instalados na entrada da cidade, deixando-a muito feia. Segundo, quais foram os critérios? Terceiro, quem está agindo de forma ilegal para deixar aqueles quiosques lá?

Eu gostaria, por último, de manifestar que a nossa Saúde vai de mal a pior. Antigamente, faltava material. Agora, há até piolho nos centros cirúrgicos.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para fazer uma manifestação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço a V.Exa. apenas um minuto. Concederei a palavra a todos os Deputados.

Eu só gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados para fazer a declaração de prejudicialidade do item nº 94.

Item nº 94:

Declaração de Prejudicialidade: com fundamento nos arts. 42, II, d, 175 e 176 do Regimento Interno, consubstanciado em manifestação da consultoria técnica da Assessoria de Plenário e Distribuição acostada aos respectivos autos processuais, a Presidência, em atendimento ao princípio da publicidade e fins recursais, declara prejudicadas na tramitação as seguintes proposições:

- 1) PLs nº 1.194, de 2009, e nº 1.471, de 2009;
- 2) PDLs nº 279, de 2009, e nº 345, de 2009;
- 3) Requerimentos nº 1.369, de 2009; nº 1.959, de 2010; nº 1.624, de 2009; nº 1.980, de 2010; nº 2.002, de 2010; nº 2.038 de 2010; nº 2.065, de 2010; nº 2.089, de 2010; nº 2.090, de 2010; nº 2.098, de 2010; nº 2.100, de 2010; e nº 2.101, de 2010;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

4) Moções nº 467, de 2009; nº 501, de 2009; nº 511, de 2009; nº 512, de 2009; nº 513, de 2009; nº 514 ao nº 520, todas de 2009; nº 522 ao nº 528, todas de 2009; e nº 532, de 2010.

O prazo de recurso é de cinco dias regimentais, contados da sua leitura, para recurso nesta Casa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a fala do Deputado Dr. Charles. Realmente esse assunto nos preocupa muito e eu gostaria de ver se conseguiríamos fazer uma reunião extraordinária da Comissão de Educação e Saúde, uma vez que não temos conseguido quórum — e vejo a presença de V.Exa. e do Deputado Aylton Gomes –, para que pudéssemos convocar a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH e a Diretoria do Hospital de Ceilândia a fim de que viessem nos explicar como um recinto fechado, como uma sala cirúrgica, consegue ter piolho de pombos.

Eu acho que, se não entendermos minimamente o que está acontecendo, não poderemos dizer que estamos realmente fazendo o acompanhamento sério na Saúde. Isso é o mínimo que podemos fazer. E, se V.Exa. concordar, podemos fazer, amanhã, às 10 horas, uma reunião extraordinária da Comissão de Educação e Saúde para deliberarmos sobre esse assunto.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só fico realmente preocupado com a análise do Deputado Dr. Charles, médico e Deputado desta Casa. Além da superbactéria chamada KPC, agora apareceu até piolhos! É algo realmente lamentável a situação da Saúde pública do Distrito Federal.

Com relação aos quiosques, hoje, pela manhã, o Deputado Raimundo Ribeiro realizou aqui nesta Casa uma homenagem aos quiosqueiros de Brasília. Esta Casa, aliás, fez uma homenagem concreta durante os quatro anos regulamentando as matérias relacionadas aos quiosques. Mas, realmente, é de se estranhar essa situação do aumento do número de quiosques lá em Taguatinga, mais precisamente próximo ao Taguaparque.

Eu acredito que uma comissão desta Casa deveria verificar essa situação. Também é preciso alertar que hoje, Deputado Raimundo Ribeiro, alguns quiosques foram derrubados. Enquanto alguns estão sendo construídos, outros que estão dentro das leis aprovadas nesta Casa estão sendo destruídos! Então, há alguma coisa esquisita aí!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Nós aprovamos leis nesta Casa regulamentando a situação dos quiosques e alguns deles, Deputado Raimundo Ribeiro, estão sendo destruídos. Mas o número de outros quiosques que não estão sequer nas leis aprovadas por esta Casa começa a aumentar, Deputado Milton Barbosa.

Acho que se deveria criar uma comissão para verificar essa situação. É piolho ali, é superbactéria ali, é aumento de quiosque em local ilegal, é outro que é derrubado em local legal. Essa situação, Sr. Presidente, está um tanto quanto complexa.

Era essa a minha intervenção.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria concordar com o Deputado Dr. Charles, bem como com os outros que vieram na esteira da sua fala.

Mas quero só relembrar uma coisa aqui. Quando foi extinta a Coordenaria de Feiras, por volta do mês de maio, abril, as atribuições dela foram absorvidas pela Coordenadoria de Cidades. Não sei, à míngua de qualquer informação, quem teria promovido a remoção desses quiosques lá. Quero fazer referência aqui ao administrador de Taguatinga, que conheço desde os tempos idos em nossa Taguatinga. Trata-se do Dr. Rubens Tavares e Souza, Procurador de Justiça, como o Deputado Chico Leite, oriundo do Ministério Público. Até que me provem o contrário, não acredito que ele tenha malferido a relação para deslocar esses quiosques de lá. Eu o conheço, como eu já disse, desde os tempos de infância. Mas digo isso à míngua de qualquer outro esclarecimento.

A respeito dos piolhos, assunto que o Deputado Dr. Charles já mencionou, não bastasse a situação da Saúde, que leva as pessoas a se coçarem e a arrancarem os cabelos; agora tem o piolho para coçar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago uma informação, haja vista que o Deputado Paulo Tadeu recordou que fizemos hoje uma sessão solene em homenagem ao Dia do Quiosqueiro, dia 2 de dezembro. Realmente, fizemos a homenagem.

Esta Casa teve a oportunidade de aprovar um projeto de lei de autoria do Poder Executivo que foi devidamente aperfeiçoado pelas emendas de Parlamentares desta Casa, regularizando a situação de 14 mil quiosqueiros no Distrito Federal. Todavia, após a aprovação, o Governo não teve a competência e a vontade de se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

estruturar para poder cumprir aquilo que foi estabelecido em lei. E aí vamos lembrar que se trata de um projeto que nasceu no Executivo e foi aperfeiçoado nesta Casa. Quer dizer, parecia que o projeto estampava a vontade do Governo. Nada mais lógico, nada mais natural de que o Governo tivesse a estrutura necessária para fazer a análise dos pedidos de permissão para regularizar aquilo que já existia.

Infelizmente, passados praticamente dois anos, nós temos pouco mais de mil permissões num universo de 14 mil quiosqueiros. Lamentavelmente, não existe uma ação de Governo unificada. Enquanto, num tempo, um órgão do Governo solta algumas permissões, noutro, outro órgão do Governo vai a alguns locais e derruba quiosques. Ao mesmo tempo – e aí a gente toma conhecimento através da informação do Deputado Dr. Charles –, de uma hora para outra, surgem em Taguatinga inúmeros quiosques. Vinte e seis quiosques numa cidade como Taguatinga.

Aqui ninguém é contra a ação fiscalizadora. O que não se pode é fiscalizar apenas aquelas pessoas que nós não gostamos. Tem de haver uma ação fiscalizadora em todo o Distrito Federal para efetivamente trabalhar apenas com os 14 mil quiosques que estão regularizados por lei; e, diga-se de passagem, por meio de um projeto oriundo do Executivo e aperfeiçoado nesta Casa. Pegar um fiscal do Estado e mandá-lo até o quiosque para pedir aquilo que é absurdo atender, que é impossível atender, a permissão, que o próprio Governo tem que dar, realmente é querer fazer a população de boba e querer fazer sofrer alguns trabalhadores pela simples razão de se querer vingar uma ou outra situação de alguém que está insatisfeito com aquele quiosqueiro.

Então, nós fizemos, sim, a homenagem aos quiosqueiros – são 14 mil no Distrito Federal. É um grupo de trabalhadores que realmente merece toda a nossa consideração, todo o nosso apreço. É um grupo altamente organizado. O projeto de lei que foi aprovado nesta Casa foi aprovado com o voto de 23 Deputados Distritais. Só não foi aprovado com 24 porque, naquele momento, o Deputado Chico Leite não estava nesta Casa em razão de licença médica. Mas fez questão de ligar avisando que, se aqui estivesse, votaria a favor.

Realmente, é muito difícil entender. Eu já desisti de querer entender qual é a política deste Governo, se é que existe Governo no Distrito Federal.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de trazer esclarecimentos sobre a situação desses quiosques.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Nós temos na C1, entrada de Taguatinga, cerca de oito barracas de lanche que já existem ali há mais de 20 anos, trazendo prejuízo urbanístico muito grande para a cidade, inclusive para os moradores de comércio, que cresceram muito, construíram prédios habitacionais. É uma luta – inclusive, o Deputado Dr. Charles sabe – para amparar essas pessoas. Lá na entrada, depois da CEB, entre o Taguaparque, já havia cerca de oito ocupantes, revendedores de plantas ornamentais que estão ali. O que me consta é que esses quiosques seriam para atender essas pessoas, para remover os ocupantes da C1 e colocar os outros que já estão ali dentro de um ordenamento e também para achar uns três ou quatro, não sei quantos, que já estavam na EPTG e, com a construção da Linha Verde, foram retirados com a promessa de recolocá-los em outro local.

Eu acho oportuno que se faça talvez um levantamento de cada processo e que se verifique se essas pessoas estão autorizadas a ocupar esses espaços. Não é bem um quiosque, já é uma lanchonete construída em alvenaria. É preciso que se verifique o processo, se aquelas pessoas da C1 estão contempladas, se os que já existem hoje ali na entrada do parque, antes do Taguaparque, que já revendem material de floricultura há mais tempo, e também os remanescentes da EPTG, que foram removidos para a construção da pista. É preciso verificar se essas pessoas já estão sendo atendidas, ou se outras pessoas, que não se enquadram dentro desse critério, dessa transferência necessária e aguardada, também são beneficiadas.

Acredito que o número dessas pessoas removidas da C1 e também os da EPTG não atinja o número ali construído. É necessário que se examinem os processos, para se verificar se há alguma outra pessoa ou o motivo que levou a administradora a conceder isso. Acredito que, conforme disse o Deputado Milton Barbosa, o Dr. Rubens Tavares de Souza, que é uma pessoa muito responsável, oriundo do Ministério Público, hoje aposentado, não faria um trabalho sem o devido respaldo legal. É bom que se verifique isso, pois, pelo menos, podemos tirar as dúvidas, não é, Deputado Dr. Charles?

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me somar às palavras ditas pelo Deputado Milton Barbosa e pelo Deputado Benedito Domingos com relação ao administrador daquele local, que realmente é um homem probo. O Dr. Rubens é uma pessoa muito compenetrada, sempre foi um defensor de Taguatinga, mas não quero levar esse problema a ele, pois tenho a certeza de que, se formos verificar essa questão, veremos que não foram somente essas pessoas que estavam lá na C1 e na entrada do Taguaparque. Foram muitas outras pessoas. O Dr. Rubens não está sabendo disso. Podemos checar e comprovar que não são as mesmas pessoas. Se são, há outras, de outros lugares, e precisamos verificar isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 12 2010	15h25min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 222, de 09/12/2010, juntamente com a ata sucinta da 104ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunto aos Deputados se os projetos que se encontram em tramitação estão na pauta de hoje.

Defiro, de ofício, o Requerimento nº 2.165, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Item nº 50:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.395, de 2009, de autoria do Deputado Geraldo Naves, que “institui a política distrital de prevenção e combate ao furto e roubo de cabos e fios metálicos e disciplina o comércio desse material, qualquer que seja a sua forma de apresentação, e dá outras providências”.

Solicito ao Deputado Raimundo Ribeiro que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Não há *quorum* regimental, portanto, amanhã, colocarei este item como o primeiro da pauta de votação.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h44min.)